



Violência online contra candidatas ameaça a democracia

08/03/2024

A desinformação e o uso de inteligência artificial no debate eleitoral têm sido acompanhados por iniciativas legislativas e regulamentações, como as recentes resoluções do Tribunal Superior Eleitoral. Essas ações são cruciais para a manutenção da transparência do processo eleitoral e a melhoria da qualidade do ambiente online. No entanto, a violência online contra candidatas e mulheres na política segue profundamente negligenciada — seja pelo poder público ou pelas plataformas privadas.

A moderação de conteúdo ainda é um tópico controverso. Sem regulação efetiva, com *layoffs* promovidos pelas principais plataformas digitais no mundo inteiro nos últimos anos, conteúdos que violam não apenas as políticas das plataformas, mas direitos fundamentais continuam a perdurar nas redes sociais.

No âmbito do projeto “Mídia e Democracia”, iniciativa da FGV Rio apoiada pela Comissão Europeia, ao monitorar o debate político nas redes sociais, verificamos em diversos relatórios a presença intocada de conteúdos misóginos, racistas e lgbtfóbicos contra candidatas e mulheres na política.

Os dados, que permanecem alarmantes, evidenciam a necessidade de estratégias mais robustas para combater essa forma de violência — que não são apenas agressões isoladas, mas ameaçam profundamente o exercício de direitos políticos pelas pessoas que aparecem como principais alvos de grupos de ódio: mulheres, pessoas LGBTQIA+ e pessoas negras.

Diversidade ainda é algo distante

Obviamente, a desinformação também é uma das estratégias utilizadas em ataques online contra mulheres na política, muitas vezes extrapolando para o seu círculo familiar. O combate efetivo da desinformação é essencial para ajudar a diminuir — se não em escala, mas pelo menos em técnica — as possibilidades para a produção e reprodução da violência online.

Entretanto, a ausência de medidas específicas para enfrentar a violência online contra mulheres na política revela uma falha profunda em nossas bases democráticas. A falta de políticas públicas que abordem diretamente a misoginia, o racismo e a lgbtfobia no ambiente digital é, ela própria, consequência da falta de diversidade nos ambientes de tomada de decisão.

A democracia se fundamenta na livre participação e na segurança de seus participantes. O cientista político polonês Adam Przeworski ilustra que a essência da democracia reside em sua natureza como um “jogo de incertezas”: regras procedimentais sólidas existem para assegurar que resultados variáveis sejam possíveis e a alternância no poder seja uma realidade palpável.

Obviamente, a efetivação da diversidade ainda é uma realidade distante em democracias bastante sólidas no mundo inteiro. Como fator principal, historicamente a exclusão ativa de grupos sociais minorizados de instituições públicas construiu barreiras geracionais de acesso a esses espaços por tais grupos. Medidas afirmativas são cruciais para corrigir as falhas de representatividade.

A internet não é a causadora da disparidade de representação, mas a violência online em escala constitui uma forma ativa de promoção da exclusão e silenciamento de minorias na contemporaneidade.

Falta de proteção e suporte

As ameaças online, que continuam a despeito de ações judiciais, não apenas afetam a integridade física e psicológica de pessoas candidatas, mas também buscam seu silenciamento e exclusão de sua participação no jogo democrático. Casos de candidatas que têm desistido de concorrer, ou que escolhem enfrentar perseguição política, racismo, homotransfobia, misoginia e até mesmo ameaças e ataques a seus familiares, ilustram a gravidade da situação.

Enquanto o poder público falha em reconhecer e combater essas ameaças como crimes sérios, garantindo proteção e suporte adequados às vítimas, as plataformas digitais negligenciam a adoção de medidas proativas na moderação de conteúdo e na criação de canais eficientes de denúncia, alinhados com as diretrizes de direitos humanos e liberdade de expressão.

A omissão ou a inação desses atores diante da violência online, principalmente durante o período eleitoral, mina os alicerces da democracia, enfraquecendo a representatividade e a pluralidade que são essenciais em qualquer sociedade democrática.

Os direitos de participação política são profundamente comprometidos quando ameaças online visam pessoas candidatas. A coerção e o medo instilados virtualmente não apenas violam os direitos individuais, mas também corroem as possibilidades de participação política, essencial para a legitimidade e a vitalidade de qualquer democracia. É fundamental que a violência online seja observada como uma grave ameaça à integridade democrática, assim como a desinformação.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-mar-08/violencia-online-contra-candidatas-ameaca-a-democracia/>

